

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.833 - CE (2019/0164687-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : DAVID SOMBRA PEIXOTO E OUTRO(S) - CE016477  
JEAN LEITE ARAUJO JUNIOR - CE035230  
FRANCISCO LEITAO DE SENA JUNIOR - CE026524  
**RECORRIDO** : JOSE MATIAS SOUZA NETO  
**ADVOGADO** : JOSE MATIAS SOUZA NETO (EM CAUSA PRÓPRIA) - CE004042

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. **RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXTINÇÃO PELO PAGAMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, II, DO NCPC QUE NÃO SE VERIFICA. ARTS. 5º E 794, III, DO NCPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211 DO STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

## DECISÃO

JOSÉ MATIAS SOUZA NETO (JOSÉ) ajuizou ação de execução de título extrajudicial contra JEHOVAH ALVES DAMASCENO.

No curso da ação, JOSÉ informou que o débito reclamado havia sido quitado e requereu a extinção da execução com fundamento nos arts. 794 e 795 do CPC/73.

O Juízo de 1º Grau, então, declarou extinta a execução pela satisfação da obrigação pelo JEHOVAH (e-STJ, fl. 373).

Contra essa sentença, o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (BANCO) interpôs apelação, que não foi conhecida pelo TJCE em acórdão assim ementado:

*PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E OUTRAS AVENÇAS. NOMEAÇÃO DE BEM IMÓVEL À PENHORA. ACATAMENTO. AVALIAÇÃO DO BEM POR OFICIAL DE JUSTIÇA. CONSTRIÇÃO AVERBADA NA MATRÍCULA DO IMÓVEL. ANTERIORIDADE DE ANOTAÇÕES EM FAVOR DE CREDOR HIPOTECÁRIO E DE PENHORAS RELATIVAS A PROCESSOS DIVERSOS. ALIENAÇÃO DO BEM POR INICIATIVA PARTICULAR. FALTA DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL E DE QUIESCÊNCIA DOS CREDORES PREFERENCIAIS. ARREMATACÃO POR PESSOA ESTRANHA À LIDE. DECRETAÇÃO DE NULIDADE DE TODOS OS ATOS*

PROCESSUAIS CONSTRITIVOS. SUSPEITA DE FRAUDE À EXECUÇÃO. SUPERVENIENTE PAGAMENTO DA DÍVIDA EXECUTADA POR DEPÓSITO BANCÁRIO. QUITAÇÃO PLENA. MODALIDADE ORDINÁRIA DE EXTINÇÃO DO FEITO EXECUTÓRIO (ART. 794, I DO CPC/73). DEVOLUÇÃO EM SEDE DE APELO DO INCONFORMISMO DE TERCEIRO PREJUDICADO CONTRA A ALIENAÇÃO SUPOSTAMENTE FRAUDULENTA. IMPERTINÊNCIA. RAZÕES RECURSAIS IMPUGNANDO QUESTÕES DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DETERMINANTES DA SENTENÇA RECORRIDA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. CAUSA DE INADMISSÃO RECURSAL. APELO NÃO CONHECIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Cuida-se de Apelação Cível interposta contra a sentença que julgou extinta a presente execução de título extrajudicial, com fundamento no art. 794, I do CPC/73, em face da satisfação pelo devedor da dívida contraída, com quitação devidamente comprovada nos autos.

2. Manifestando sua irresignação contra a alienação por iniciativa particular do imóvel constrito, o banco apelante na condição de terceiro prejudicado suscita a nulidade da quitação da dívida e, por consequência, da sentença extintiva de mérito mediante a alegação de fraude e preterição de direitos dos credores preferenciais.

3. Preliminarmente, ressalta-se que antes de analisar o mérito do presente apelo deve ser verificada a presença dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, sem os quais resta inviabilizado o conhecimento do recurso. Nesse contexto, constata-se óbices para o regular processamento e julgamento do presente recurso.

4. O princípio da dialeticidade, norteador da sistemática recursal, consiste na necessidade de o recorrente apresentar impugnação específica à decisão sobre a qual recai a irresignação, viabilizando o exercício do contraditório pela parte adversa e a análise da matéria pelo órgão ad quem. É ônus da parte que pretende a modificação do decisum apontar o equívoco cometido pelo julgador, mediante insurgência direcionada aos seus fundamentos, sob pena de inadmissão do recurso por irregularidade formal.

5. No caso dos autos, o recorrente pugna pela devolução em sede de apelo do inconformismo contra a extinção da demanda executiva sob o argumento de fraude à execução; insurgência que não se relaciona nem remotamente com os fundamentos do decisum apelado. É que o Juízo a quo determinou a extinção do feito executório, com fundamento no art. 794, I do CPC/73, em face da satisfação integral pelo réu da dívida executada, mediante o pagamento do débito por

# Superior Tribunal de Justiça

*depósito bancário em favor do exequente; mostrando-se, portanto, impertinentes as alegações de fraude processual em razão da prévia decretação judicial de nulidade dos atos executórios de constrição ora impugnados.*

*6. Assim, evidencia-se que o apelante incorreu em equívoco por não ter impugnado especificamente os fundamentos da sentença recorrida, subsistindo portanto inatacada, em face da dissociação das razões apresentadas com o conteúdo do julgado, em flagrante ofensa ao princípio da dialeticidade, pois não procedeu regularmente à exposição dos fatos e do direito relativos à lide, que é requisito necessário à regularidade formal do recurso apelatório, nos termos do art. 1.010, II do CPC/2015; motivo pelo qual se impera a inadmissão do recurso.*

*7. Apelo não conhecido. Sentença mantida* (e-STJ, fls. 421/422).

Os embargos de declaração opostos pelo BANCO foram rejeitados (e-STJ, fls. 472/479).

Irresignado, o BANCO interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, alínea *a*, da CF, alegando violação dos arts. 5º, e 794, III, e 1.022, II, do NCPC, ao sustentar (1) omissão no julgado no tocante à violação do postulado do *venire contra factum proprio*, a fraude processual mediante a decretação de nulidade de atos executórios anteriores que haviam possibilitado a constrição de bem imóvel e sua venda e violação dos arts. 5º e 792, III, do NCPC; e (2) que não é razoável imputação de uma sentença proferida por um juízo que se encontra em nítida contradição com decisões anteriormente proferidas ao longo do trâmite processual, bem como que não há falar em extinção da execução em razão do adimplemento da obrigação, uma vez que o ato de alienação foi declarado nulo por decisão anterior.

O recurso foi admitido (e-STJ, fls. 486/488).

É o relatório.

DECIDO.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal*

*na forma do novo CPC.*

**(1) Da alegada omissão**

Não há falar em omissão do julgado por ter sido apreciado o mérito recursal, na medida em que o recurso de apelação interposto pelo BANCO não foi conhecido pelo Tribunal cearense tendo em vista o princípio da dialeticidade.

Nesse sentido:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. NÃO CONHECIMENTO DO ARESP E DO REGIMENTAL POR INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.*

*1. Na hipótese, o agravo em recurso especial e o agravo regimental do ora embargante não foram conhecidos por incidência da Súmula 182/STJ.*

*2. Ausente omissão ou contradição no acórdão embargado, mormente em relação a questões que envolvem o mérito da controvérsia, que não foi enfrentado em razão do não conhecimento dos recursos anteriores.*

*3. A contradição que autoriza o conhecimento dos embargos declaratórios é a contradição interna ao julgado, caracterizada por proposições inconciliáveis entre si. O que ressaí da argumentação do recurso é que a parte tenta externar como contradição um suposto erro na apreciação do recurso, incorrente na hipótese.*

*4. Manifesta, portanto, a impossibilidade de acolhimento dos presentes embargos, porquanto não demonstrada a ocorrência das hipóteses do art. 619 do Código de Processo Penal, sobressaindo, apenas, o mero inconformismo da parte com a solução adotada.*

*5. Embargos Declaratórios rejeitados.*

*(EDcl no AgRg no AREsp 246.939/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, DJe de 12/8/2015)*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO EM RAZÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC (AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA). ALEGADA OMISSÃO NO DECISUM POR NÃO TER APRECIADO O MÉRITO RECURSAL. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.*

*1. Se o agravo em recurso especial não é sequer conhecido*

# Superior Tribunal de Justiça

*em razão do disposto no art. 544, § 4º, I, do CPC, não há que se falar em omissão do decisum por não ter apreciado o mérito recursal.*

*Precedente.*

*2. Embargos de declaração rejeitados.*

(EDcl nos EDcl no AREsp 525.398/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe de 20/11/2014)

## **(2) Da alegada violação dos arts. 5º e 794, III, do NCPC**

No que se refere a apontada violação dos temas inseridos nos arts. 5º e 794, III, do NCPC, tem-se que não houve enfrentamento pelo Tribunal estadual, nem mesmo depois da oposição dos embargos de declaração opostos, atraindo a incidência da Súmula nº 211 desta Corte, *in verbis*: *Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.*

Ressalte-se ser assente na Corte o entendimento de que é condição *sine qua non* ao conhecimento do especial que os dispositivos legais indicados como malferidos nas razões de recurso tenham sido ventilados no contexto do acórdão objurgado, emitindo-se, sobre cada um deles, juízo de valor, interpretando-se-lhes o sentido e a compreensão.

Assim, verifica-se que suscitar no especial a ofensa das referidas normas, sem que o Tribunal Estadual tenha analisado a tese jurídica de que ora se controverte, seria frustrar a exigência constitucional do prequestionamento, pressuposto inafastável que objetiva evitar a supressão de instância.

Desse modo, em atenção ao que dispõe o enunciado da Súmula nº 211 desta Corte, o recurso especial não pode ser analisado.

Nessas condições, **CONHEÇO EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator